

DESP
17/10/97 AZ

INDÚSTRIA DA INDENIZAÇÃO

Estado paga R\$ 68 milhões por área já doada

Falta de escritura da cessão das terras para a criação do Parque Estadual da Serra do Mar permitiu à prefeitura de Caraguatatuba entrar na Justiça e obter compensação 40 anos depois

FERNANDO GRANATO

O governo de São Paulo está pagando R\$ 68 milhões por uma área de 3 mil hectares, na Serra do Mar, que havia sido doada ao Estado em 1957 pela prefeitura de Caraguatatuba (SP) para a criação do Parque Estadual da Serra do Mar. Não foi feita na época escritura da doação e um engenheiro agrônomo, José Lasmar Filho, descobriu essa brecha e propôs que a própria prefeitura entrasse com ação contra o Estado para ser indenizada pela área perdida. Quando deu a idéia, o engenheiro Lasmar fez uma exigência: que 30% da indenização ficasse com ele, como pagamento por uma perícia técnica.

A prefeitura de Caraguatatuba ingressou na Justiça com a ação contra o Estado em 1984, quando Jair Nunes de Souza era o prefeito. "Fui naquela época procurado pelo engenheiro Lasmar, que me deu a idéia de entrar com a ação", lembra Souza, hoje secretário de Obras do município. "Achei que era uma ação impossível de ser ganha e topei as condições do perito, já que não tinha nada a perder e o que viesse para o município era lucro."

O ex-prefeito, ao aceitar as condições do engenheiro Lasmar, não consultou os órgãos técnicos que regulamentam os serviços de perícia de engenharia, como o Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias (Ibape) ou o próprio Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea). De acordo com a tabela de honorários do Ibape, um perito

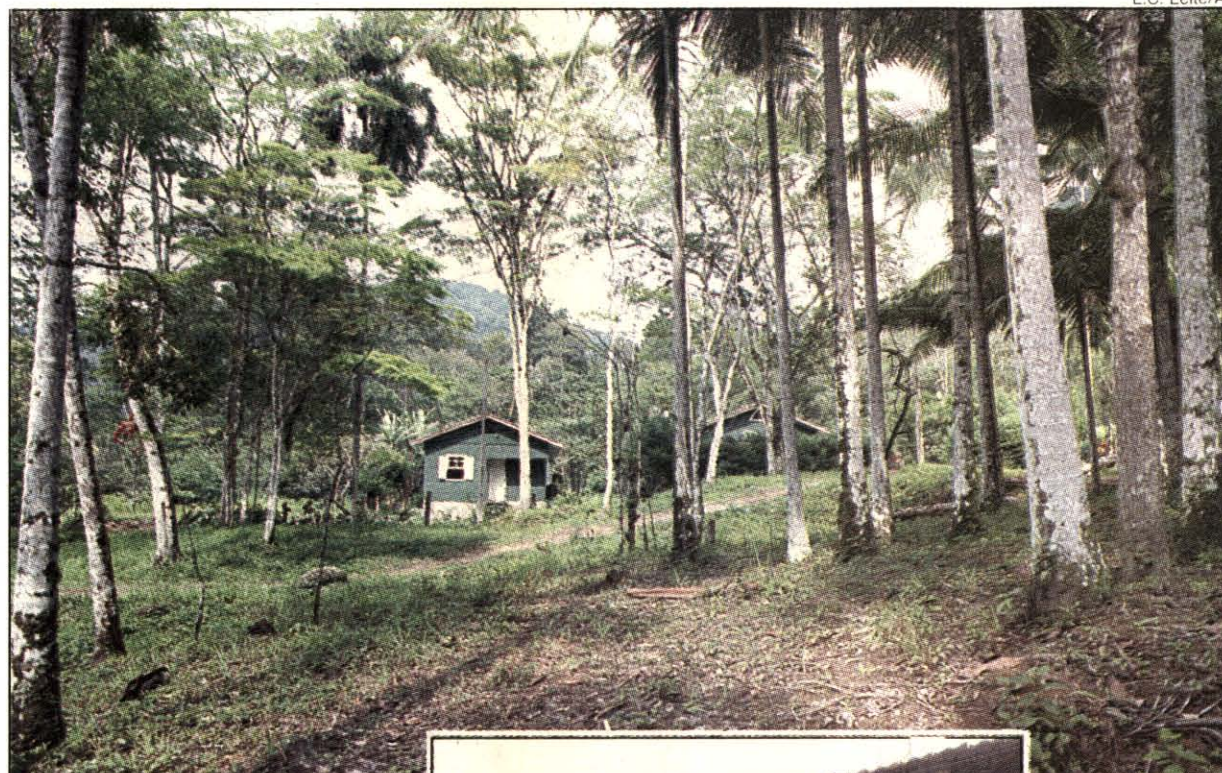
pode receber até 1,5% do total da indenização e nunca 30%.

Parecer — A prefeitura também não deu atenção a um parecer da Procuradoria-Geral do Estado, que considerou o contrato com o perito "leonino". "Tais avenças se prestariam muito mais do que remunerar os trabalhos profissionais prestados ou até transformar os aludidos contratados em sócios, mas posso dizer, seriam sócios privilegiadíssimos", resume o parecer da procuradora Gisela Zilsch.

Mesmo assim, o engenheiro está começando a receber sua parte pela perícia realizada, já que o Estado resolveu interromper a batalha judicial que travava com a prefeitura de Caraguatatuba e assinou neste ano um acordo para pagar a indenização. No acordo, o governo aceitou pagar e a prefeitura concordou em receber R\$ 68 milhões dos mais de R\$ 200 milhões (sem correção) que haviam sido avaliados por Lasmar e depois fixados pela Justiça.

Houve também acordo entre a prefeitura e Lasmar, que passou a ganhar 15% do dinheiro repassado pelo Estado — isento de impostos — e não mais 30%. Com isso, cerca de R\$ 12 milhões da indenização serão depositados na conta do engenheiro perito, que já recebeu a primeira parcela, de R\$ 800 mil. "Fizemos o que foi possível mas a Justiça entendeu que, como não havia escritura, a doação feita em 1957 não tinha efeito", contou o procurador do Estado Jaques Lamac, responsável pela defesa do governo nessa ação.

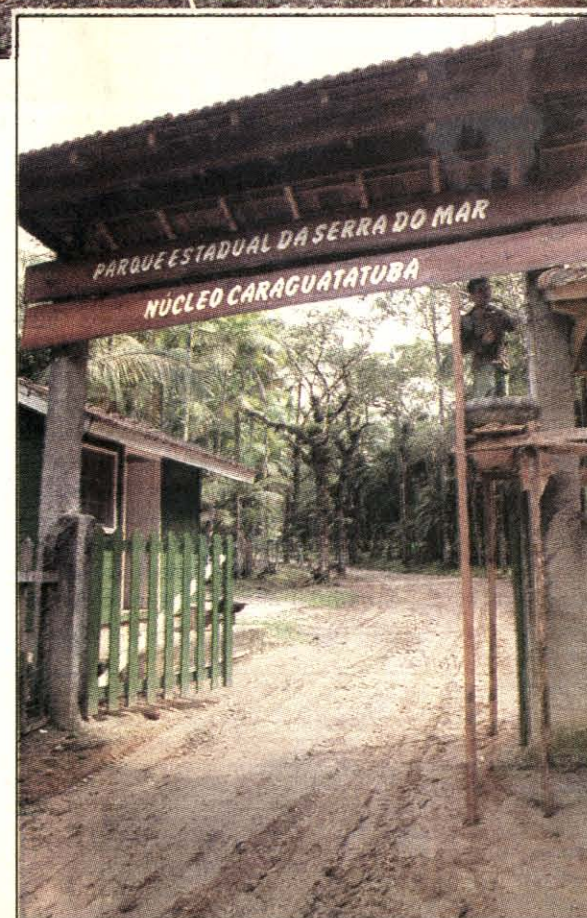
PROMOTOR:
"GRUPO
DESENVOLVEU
KNOW-HOW
E PASSOU
A GANHAR
MILHÕES"



O parque: engenheiro José Lasmar exigiu 30% como pagamento por perícia nos...

Em outra ponta dessa briga jurídica está o Ministério Público de São Paulo, que desde o ano passado se debruça sobre processos de desapropriações ambientais para detectar irregularidades. De acordo com a Coordenadoria das Promotorias do Meio Ambiente, a chamada "indústria das indenizações ambientais" já gerou mais de 600 processos, que podem alcançar até R\$ 50 bilhões. Dos R\$ 5 bilhões que São Paulo deve hoje em precatórios, R\$ 2,7 bilhões provêm de indenizações ambientais.

Inquérito — "Está provado que nesse caso de Caraguatatuba houve reserva de mercado de um grupo que desenvolveu um know-



... 3 mil hectares da Serra do Mar ao propor, em 1984, ao prefeito Jair Nunes de Souza que entrasse com ação contra o Estado

how e passou a ganhar milhões com isso", afirmou o promotor Marcelo Daneluzzi. "Nas ações investigadas em que existirem irregularidades vamos abrir inquérito policial e os envolvidos vão responder criminalmente pelas fraudes cometidas."

Numa primeira análise feita pelo Ministério Público, já foram descobertas coincidências de nomes e métodos nos processos de indenização ambiental em São Paulo, como revelou reportagem do Estado domingo. Das 38 ações analisadas e divulgadas pelo Ministério Público como suspeitas de conter fraudes, os mesmos peritos e advogados aparecem em vários processos.

O perito do caso de Caraguatatuba, José Lasmar Filho, foi também perito no maior processo de indenização ambiental que o Estado foi condenado: o número 109/82, que envolve uma indenização de R\$ 1,05 bilhão por 13 mil hectares em Ubatuba, também no litoral norte de São Paulo.

Patrimônio — Ao mesmo tempo em que foi desenvolvendo sua tecnologia nos processos de indenização ambiental, Lasmar foi também engrandecendo seu patrimônio. De acordo com o Cartório de Registro de Imóveis de Guaratinguetá (SP), cidade onde mora, o perito tem 46 imóveis registrados em seu nome nesse município. Desse total, apenas quatro foram recebidos como herança, segundo o cartório.

No caso da indenização de R\$ 1,05 bilhão de Ubatuba, Lasmar ainda não recebeu sua parte porque o Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu temporariamente o pagamento do precatório, por entender que existem irregularidades no processo. Nos autos dessa ação está uma declaração de Lasmar na qual ele admite que houve sobreposição de áreas e, com isso, induziu o juiz a erro na hora de fixar a indenização.

Procurado pelo Estado por uma semana, o perito Lasmar não foi encontrado. Em sua casa, informaram que ele estava em Mato Grosso, participando de uma pescaria.